

152	1413	202	4468						9
-----	------	-----	------	--	--	--	--	--	---

MP vistoria agressões ao ambiente em Porto Seguro

Porto Seguro (Do Correspondente) — O Ministério Público Federal realizou vistoria em Porto Seguro e Coroa Vermelha, para averiguar uma série de denúncias de agressão ao meio ambiente, privatização de praias, ocupação de áreas da União e desrespeitos a órgãos federais. Os procuradores Robério Nunes dos Anjos Filho e Dirley da Cunha Júnior foram até os locais das denúncias, acompanhados pelos responsáveis do Ibama, Iphan, Funai, CRA, Ministério Público Estadual, representantes das prefeituras de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e de ONGs, como o Movimento Defesa de Porto Seguro e Ceped.

No litoral sul foi constatado reduzido número de acessos à praia entre a Ponta do Apaga Fogo e a ladeira de Arraial d'Ajuda (são somente três), numa extensão de mais de cinco quilômetros, contrastado com a lei de gerenciamento costeiro que garante o direito de transitar livremente numa área de 33 metros contados a partir da préamar. Por isso a Procuradoria solicitou à prefeitura reavivar as servidões que foram fechadas pelas cercas, ao longo destes últimos 10 anos. Na orla norte, as cabanas de praia se transformaram em grandes empreendimentos, com vastas áreas ocupadas e centenas de funcionários; as construções de madeira estão sendo substituídas pelas de alvenaria e agora os barraqueiros reivindicam telhas de cerâmica, em vez das coberturas de piaçava, alegando a alta incendiabilidade deste material.

O Ibama e o CRA denunciaram várias destruições de vegetação baixa na orla, por parte de barraqueiros que ampliaram os próprios estabelecimentos, explicando que é esta vegetação que segura a areia, protegendo a praia da erosão do mar. Os procuradores informaram que o desrespeito aos embargos do Ibama e Iphan configura crime de desobediência e que os responsáveis podem ser denuncia-

dos e até autuados em flagrante pela Polícia Federal.

Os processos de aforamento ou ocupação das áreas das cabanas de praia, junto à Delegacia de Patrimônio da União serão averiguados, para detectar eventuais irregularidades. "O desenvolvimento das cabanas de praia de Porto Seguro é atípico", explicou o procurador Dirley da Cunha, "tem espaços para shows, mini-shopping e outras coisas que descaracterizam o conceito de barraca de praia, mas nós não somos contra esse tipo de crescimento, desde que no respeito das leis existentes e garantindo o livre acesso às praias".

No Arraial D'Ajuda foi visitada a obra de construção do "Paradise Water Park", um grande parque aquático que deverá ser inaugurado no próximo Verão. Os procuradores denunciaram a ausência de um estudo de impacto ambiental. "É impensável que um empreendimento deste porte, com grande captação de água não tenha efetuado um Eia-Riima, antes de começar a obra". Informou Robério Nunes, salientando que "o estudo só foi começado enquanto a construção já está bem adiantada. O impacto ambiental deve ser avaliado de forma prévia".

Os índios pataxós foram ouvidos pelos procuradores e pela Funai, em relação ao Made, Museu Aberto do Descobrimento, demonstrando as próprias perplexidades sobre o projeto. "As lideranças Pataxó de Coroa Vermelha" ressaltaram os procuradores, "estão preocupadas com o próprio destino e criticaram o projeto. De acordo com eles, o Made não tem a mínima consideração à cultura pataxó, enquanto serão reconstruídas aldeias da etnia Xingu e outras. Os pataxós demonstraram ansiedade quanto ao local para onde serão transferidos. Cabe ao Ministério Público Federal a defesa dos povos indígenas".